

Contribuição e papel do Exército Chileno na Desminagem Humanitária: “18 anos - uma tarefa cumprida”.

Aporte y rol del Ejército de Chile en el Desminado Humanitario: “18 años - una tarea cumplida”.

Marco Maturana Mena*

RESUMO:

Na década de 1970, o Chile viveu momentos de tensão com seus vizinhos, por isso, como uma forma de dissuasão, a fim de proteger e salvaguardar sua integridade territorial, decidiu pela colocação de campos minados em alguns pontos da fronteira, determinando que o Exército executasse tarefas operacionais destinadas a esse fim. Posteriormente, o Estado chileno assumiu o compromisso de executar um trabalho contínuo e de alto risco, empregando mais de 1.000 militares (70 mulheres entre eles) do Exército, para realizar o levantamento e a destruição de 181 campos de minas e a destruição de 120.917 minas antipessoal e de 58.911 minas anticarro, durante 18 anos, decorrente da entrada em vigor, em 1999, da Convenção Ottawa sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição. Para o cumprimento de suas tarefas, recebeu cooperação e assessoria técnica de países de referência e, por outro lado, liderou os esforços na América Latina, ao gerenciar o envio de instrutores para assessorar, instruir e treinar o apoio a processos de desminagem em outros países, cooperando assim com as medidas de confiança mútua. O sucesso da atividade pode-se resumir na adequada complementaridade entre a política externa e a função de defesa que se destina a esse fim.

Palavras-Chave: Convenção Ottawa; minas antipessoal; desminagem humanitária; Exército do Chile.

RESUMEN:

En la década de los 70, Chile vivió momentos de tensión vecinal, por ello como una medida disuasiva para proteger y resguardar su integridad territorial, se resuelve el emplazamiento de campos minados en ciertos lugares de las fronteras, disponiéndose que el Ejército realice las labores operativas destinadas al fin indicado. Posteriormente el Estado chileno adquiere el compromiso derivado de la entrada en vigencia el año 1999 de la Convención de Ottawa sobre la Prohibición del Empleo, Almacenamiento, Producción y Transferencia de Minas Antipersonal y sobre su Destrucción, ejecutando el Ejército durante 18 años de labores altamente riesgosas e ininterrumpidas con más de 1.000 efectivos (70 mujeres entre ellos), el levantamiento y destrucción de 181 campos minados y la destrucción de 120.917 minas AP y 58.911 minas anti vehículos. Para el cumplimiento de sus tareas recibió cooperación y asesoría técnica de países referentes y por otra parte lideró los esfuerzos en América Latina al gestionar el envío de instructores para asesorar, instruir y entrenar en apoyo a los procesos de desminado en otros países, cooperando con ello a las medidas de confianza mutua. El éxito de la actividad se resume en la adecuada complementariedad entre la política exterior y la función defensa que sirve a estos fines.

Palabras clave: Convención de Ottawa; minas antipersonales; desminado humanitario; Ejército de Chile.

* Coronel (R1) do Exército Chileno, possuidor do curso de Estado-Maior. É mestre em Planejamento e Gestão Estratégica pela Academia de Guerra do Exército, em Ciências Políticas, pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Possui o curso de Defesa Continental no Colégio Interamericano de Defesa (EUA). Atualmente, é assessor de extensão acadêmica do CESIM e editor da revista *Escenarios Actuales*.

1. Introdução e contexto

"O Chile é um país com vocação de paz e é nesse contexto que, há mais de 20 anos, assumimos o compromisso de desminar nosso território. Devemo-nos sentir orgulhosos, já que o Chile cumpriu com o que se propôs e hoje nosso país é mais seguro".

Chanceler do Chile Teodoro Ribera¹.

"Estou muito orgulhoso do trabalho que se realizou, valorizo-o muitíssimo e faço votos para que os cidadãos se conscientizem a respeito da importância dele. Talvez as pessoas no Norte o percebam mais claramente, em Calama, em Arica. Esse é um trabalho que também foi reconhecido em nível internacional".

Ministro da Defesa Nacional Mario Desbordes².

Essas são duas citações de altas autoridades do governo relacionadas com a política exterior e com a defesa, ministérios diretamente envolvidos e responsáveis pelo compromisso adquirido e cumprido pelo Estado chileno, a respeito das obrigações contraídas e impostas pela "Convenção sobre a proibição do emprego, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoais e sobre sua destruição (Tratado de Ottawa)".

A citada convenção foi aprovada no dia 18 de setembro de 1997, ratificada em 1998 e deu entrada em vigor a partir de 1º de março de 1999. Até essa data, 164 Estados

¹<https://minrel.gob.cl/chile-concluye-exitosamente-labores-de-desminado-humanitario/minrel/2020-07-22/093848.html#top>

²08 de outubro 2020, Ministro Desbordes condecora militares pelo seu papel na desminagem humanitária. Disponível em:<https://www.defensa.cl/noticias/ministro-desbordes-condecora-a-militares-por-su-rol-en-desminado-humanitario/>

aceitaram submeter-se às normas da Convenção e isso fez parte da resposta internacional à crise de índole humanitária originada pela proliferação de minas AP³ no mundo.

Nesse contexto, uma das áreas da Política Exterior do Chile relacionada ao tema de segurança internacional, na qual se manifesta o apoio da Política de Defesa, é a promoção e o desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário e sua efetiva aplicação. Em tal sentido, o Chile apoiou o esforço internacional na busca por eliminar armamentos convencionais que pudessem ser considerados excessivamente nocivos ou de efeitos indiscriminados, os quais afetassem, principalmente, à população civil.

A colocação de campos minados no Chile originou-se de situações de tensão com os países vizinhos, ocorridas a partir da década de 1970, constituindo-se em um imperativo e uma necessidade político-estratégica do Estado, cujo objetivo principal era diminuir as vulnerabilidades que a grande extensão geográfica apresentava, a fim de proteger e resguardar sua integridade territorial. Em consequência, a colocação de campos minados com minas antipessoais e anticarros nas zonas limítrofes obedeceu ao resguardo do interesse nacional.

³AP: Abreviatura para designar as minas antipessoais. O "Manual de Segurança sobre Minas Terrestres, restos explosivos de guerra e artefatos de explosivos improvisados", elaborado pelo Serviço das Nações Unidas para a Ação contra Minas (UNMAS), define que as AP são concebidas para explorar pela presença, pela proximidade ou pelo contato de uma pessoa, incapacitar, ferir ou matar uma ou várias pessoas. Normalmente, detonam quando alguém pisa nelas ou encosta em um arame de tropeço, embora também se possam ativar com o passar do tempo ou de forma controlada. Dividem-se a partir da forma como provocam lesões: minas de onda expansiva, minas de fragmentação ou minas de carga oca de tamanho reduzido. Referência unmas.org

Cabe ressaltar que essas áreas minadas, na época em que foram colocadas, não estavam proibidas, logo, o Estado chileno não incorrera em nenhum ato ilícito por ocasião de sua aquisição, armazenamento e emprego em certas zonas fronteiriças e em atividades de instrução e/ou de treinamento.

Por outra parte, o Livro da Defesa Nacional (LDN), no capítulo X, descreve as modalidades de emprego dos meios de defesa em função das definições estabelecidas na Política de Defesa Nacional; legítima defesa, dissuasão e cooperação internacional⁴. Igualmente, no capítulo XI, referente à defesa e à segurança internacional, indica-se que, em relação a regimes de segurança internacional, a cooperação contribui à desminagem humanitária e ao cumprimento da Convenção de Ottawa⁵.

O anteriormente exposto mostra a coerência na atuação do Ministério das Relações Exteriores e da Defesa, sendo esse último o que coordenou e supervisionou, por meio do Estado-Maior Conjunto (EMCO) e da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Desminagem (CNAD), todas as atividades e obrigações impostas pela Convenção de Ottawa em nosso território.

2. Implementação e cumprimento pelo Chile

Para enfrentar o grande desafio da desminagem humanitária, no ano de 2002, o Estado chileno criou a Comissão Nacional de Desminagem (CNAD), órgão público, com representação multisetorial e nacional, subordinado diretamente ao Presidente da República⁶, cuja missão era ser o órgão assessor da autoridade nacional e o coordenador interministerial das ações referentes ao cumprimento da Convenção sobre a Produção e Transferência de Minas

⁴Livro da Defesa Nacional 2017, capítulo X, p.130.

⁵*Ibidem*, capítulo XI, p. 151.

⁶Decreto Supremo N° 79 (G) datado de 02 de maio de 2002. www.bcn.leychile.

Antipessoal e sobre sua Destruição (Tratado de Ottawa).

A CNAD foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional e composta pelo Chefe do Estado Maior Conjunto (JEMCO), os Subsecretários das Relações Exteriores, Fazenda e Saúde e os Chefes de Estados Maiores do Exército, da Marinha e da Força Aérea. Para efeito de trabalho e apoio, constituiu-se no Estado-Maior Conjunto (EMCO), subordinado ao Ministério da Defesa Nacional, contando com uma Secretaria Executiva (SECNAD) como unidade de trabalho.

À SECNAD incumbia propor ao Presidente da República o Plano de desminagem -incluindo as normas legais, regulamentações, políticas, planos, programas e orientações destinadas a executar o Tratado de Ottawa, informando sobre seu cumprimento e estado de avanço- assim como propor os documentos executivos, a fim de ter acesso e canalizar a cooperação internacional. Também coordenava as tarefas e atividades que permitem prestar Assistência às vítimas em conjunto com outras organizações estatais.

A remoção das minas era realizada de acordo com uma Diretiva Anual de Ação contra Minas, sob a supervisão do EMCO, com o planejamento orçamentário anual.

Cabe ressaltar que o prazo inicial para realizar a desminagem era 1º de março de 2012, no entanto, em 2 de dezembro de 2011, foi aprovada a solicitação de pedido de prorrogação por 8 anos apresentada pelo Chile na XI Reunião dos Estados-partes da Convenção de Ottawa, realizada no Camboja, fixando como novo prazo o dia 1º de março de 2020. Conseqüentemente, foram adotadas as seguintes medidas:

- início das atividades em território nacional a partir do ano 2002, com a destruição de minas AP armazenadas nas instituições e realização de atividades de prevenção e de educação em benefício da população civil

que pudesse ser afetada.

- elaboração de um Plano Nacional de Ação Contra Minas com a definição de seis zonas geográficas para operar.

Na sequência, as prioridades para os campos minados foram definidas por meio dos seguintes critérios.

Tabela 1: Prioridade para os campos minados.

Ordem de Prioridade	Descrição do lugar
Primeira	Perto de áreas povoadas; lugares de interesse turístico; parques nacionais; áreas associadas a programas de desenvolvimento econômico.
Segunda	Próximo a setores fronteiriços (devido ao risco envolvido para os civis, que podem entrar sem autorização, mesmo que haja os sinais de alerta correspondentes).
Terceira	Zonas de difícil acesso e afastadas de locais povoados.

Fonte: o autor.

O desafio foi detectar, limpar e destruir as minas AP localizadas em 181 (cento e oitenta e um) campos minados e 19 (dezenove) áreas de perigo no território nacional, considerando as minas anticarro que estavam próximas às minas AP. Os detalhes são fornecidos a seguir.

Tabela 2: Quantidade de campos minados e áreas de perigo

Região	Campos Minados	Áreas de Perigo
Arica e Parinacota	88	1
Tarapacá	7	1
Antofagasta	52	15
Valparaíso	1	1
Metropolitana de Santiago	-	1
Magallanes e Antártica Chilena	33	-
Total	181	19

Fonte: SECNAD. Atualizada em 22 outubro de 2020.

Ao todo, foram destruídas 120.917 minas AP e 58.911 minas anticarros, o que totaliza 179.828 minas destruídas⁷.

As atividades de Desminagem e Ação Contra Minas tiveram a colaboração de autoridades, organizações e instalações do Estado, presentes nas zonas de emprego dos meios do Exército e da Marinha, essa última empregada apenas em território sul e insular. Organizações externas internacionais também realizaram trabalhos de assessoria, capacitação e validação de resultados.

A tarefa altamente perigosa não esteve isenta de complexidades, especialmente devido às características geográficas do cenário e das zonas de localização dos campos minados- a grande maioria em áreas isoladas, de difícil acesso e em condições climáticas extremas-, especialmente na implementação das atividades de Ação contra Minas e, particularmente, nas Operações de Desminagem (Art. 5 Destruição de minas AP em áreas minadas).

Em relação às variáveis financeiras, o custo da desminagem no Chile foi financiado pelo Estado principalmente. Também houve a

⁷Informação proporcionada pela SECNAD, atualizada em 26 de outubro de 2019.

contribuição de organizações internacionais (OEA, UE e GICHD)⁸, de países como Canadá, Holanda, Estados Unidos, Alemanha e Itália. O grande desafio foi racionalizar e otimizar o uso dos recursos, sem comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos na Convenção de Ottawa.

2.1. O importante papel do Exército na desminagem humanitária

O Exército, principal ator dessa tarefa titânica, para cumprir suas missões estabelecidas na Constituição Política da República e em vários órgãos jurídicos, canalizou seu trabalho em 5 áreas de atuação, a saber:

- Defesa;
- Cooperação Internacional;
- Emergência Nacional e Proteção Civil;
- Contribuição ao Desenvolvimento Nacional e à Ação do Estado;
- Segurança e Interesses Nacionais.

A área de “**Cooperação Internacional**” “agrupa as missões a serem executadas na esfera internacional assumidas pelo país de acordo com o interesse nacional”. Compreende um amplo espectro de missões, incluindo as de contribuição e de preservação da paz mundial e da segurança internacional, bem como as de desminagem humanitária. Também considera a cooperação diante de catástrofes em outros países, medidas de construção de confiança mútua e outras contribuições para a política externa”⁹.

2.2. O Centro de Treinamento de Desminagem e Destrução de Explosivos (CEDDEX)

O Exército do Chile, no dia 24 de agosto de 2004, criou o CEDDEX, ligado à

⁸ GIHCD, *Geneva International Centre for Humanitarian Deming*.

⁹ www.ejercito.cl

Escola de Engenheiros Militares, com a missão de planejar, organizar e conduzir o treinamento de pessoal dos Oficiais e do Quadro Permanente do Exército, de outros ramos das Forças Armadas e de convidados estrangeiros, em assuntos referentes à desminagem humanitária, à desativação de munições não explodidas e ao preparo de monitores internacionais para uso efetivo em áreas contaminadas por artefatos explosivos.

2.3. As Unidades de Desminagem Humanitária (UDH)

A fim de cumprir sua tarefa, as UDH organizaram-se da seguinte forma:

- Unidade de Desminagem “Arica”, pertencente à Brigada Motorizada N° 4 “Rancagua”, VI Divisão de Exército, com área de responsabilidade na Região de Arica e Parinacota e Região de Tarapacá.
- Unidade de Desminagem “Calama”, pertencente à Brigada Motorizada N° 1 “Calama”, I Divisão de Exército, com área de responsabilidade na Região de Antofagasta.
- Unidade de Desminagem “Punta Arenas”, pertencente ao Regimento N° 10 “Pudeto”, V Divisão de Exército, com área de responsabilidade na Região de Magallanes e na Antártica Chilena.
- Centro de Treinamento de Desminagem e de Destrução de Explosivos (CEDDEX), o que além de suas responsabilidades de acordo com a Ordem de Comando citada, em representação do Secretário Executivo da Comissão Nacional de Desminagem (SECNAD)¹⁰, efetuava o processo de

¹⁰ Desde sua criação, o Secretário Executivo da Comissão Nacional de Desminagem (SECNAD) é um Coronel. Atualmente, o Coronel Juan José López Demuth, da Arma de Engenheiros do Exército, desempenha o cargo.

controle de qualidade externo (Certificação das Áreas Limpas).

Figura 1: Distribuição das unidades de desminagem humanitária no território chileno



Fonte: elaborada pelo autor.

Em relação à composição das unidades, geralmente, estavam compostas de 2 (duas) seções de desminagem manual e 1 (uma) seção mecanizada, entre essas últimas, destacaram-se as unidades de desminagem Bozena 5 Plus, Minewolf MW 370 e Demining Loader.

Figura2:Bozena 5 Plus e Minewolf MW 370



Fonte: SECNAD

Figura 3:Bozena 5 Plus e Minewolf MW 370



Fonte: SECNAD

2.4. O pessoal e sua capacitação

Dada a origem e a natureza dos campos minados localizados em todo o território nacional, a maior parte das atividades humanitárias de desminagem foi realizada pela força terrestre do Exército, a fim de cumprir o compromisso adquirido pelo Estado chileno. A capacitação e o treinamento de mais de 1.000 soldados, homens e mulheres, reflete isso.

Figura 4: Seção de Desminagem em ação nas Áreas minadas de Tambo Quemado, Altiplano chileno e Putre.



Fonte: SECNAD

2.5. A capacitação efetuada no Chile

O efetivo de Oficiais e do Quadro Permanente (praças e oficiais) do Exército participou de um programa para garantir a boa qualidade da formação estabelecida pela Autoridade Nacional de Ação Contra Minas, conforme as diretrizes destinadas a gerenciar a formação, a supervisão do progresso e a avaliação dos resultados. Destaca-se, por exemplo, a elaboração do Manual de Desminagem Humanitária do Exército do Chile (MDO - 90402), o qual junto com os Procedimentos de Operação Normal do Corpo de Infantaria marinha (320, 321 y 322), regulava normas e procedimentos dentro do programa de desminagem desenvolvido no Chile, mantendo sempre uma estrita adesão aos regulamentos e às exigências internacionais.

A capacitação e o treinamento do pessoal em operações de desminagem foi uma tarefa fundamental a ser realizada de forma permanente. Esse trabalho permitiu que os desminadores atualizassem seus conhecimentos, em nível mundial, sobre assuntos de desminagem, reduzindo os riscos e otimizando a eficiência.

A esse respeito, ressalta-se a declaração do Chefe do Centro de Treinamento e Destruição de Explosivos durante o ano de 2019 e integrante da equipe de desminadores, Capitão Miguel Díaz S., quem enfatizou a grande preparação do pessoal especializado em desminagem, observando que *“em todos esses anos de desminagem, tivemos muito poucos acidentes em comparação com outros países que realizaram desminagem humanitária e isso se deve ao constante treinamento do pessoal envolvido e também ao equipamento adquirido para essas tarefas”*.

Desde o mês de agosto de 2003 até fevereiro do ano 2020, ocorreram apenas 10

(dez) acidentes nas operações de desminagem, atingindo 2 (dois) oficiais e 8 (oito) suboficiais, sem vítimas fatais. Grande parte do pessoal acidentado se reincorporou às atividades normais das Unidades de Desminagem após recuperadas as lesões.

A assessoria e a capacitação internacional evidenciaram-se pelo envio de instrutores por parte do Centro Internacional de Desminagem (CID), da Academia de Engenheiros do Exército de Terra da Espanha para desenvolver cursos EOD¹¹Nível 2 Instrutor de Desminagem no CEDDEX nos anos 2004, 2006, 2007 e 2008.

Figura 5: Instrutores do Exército de Terra da Espanha no CEDDEX (Chile)



Fonte: SECNAD

Outro importante apoio em capacitação foi feito pelos Estados Unidos, em 2005 e 2006, por meio do 7º Grupo de Forças Especiais do Comando Sul, o qual enviou pessoal e equipamento para a capacitação em desminagem básica, treinamento médico em trauma e planejamento de operações de desminagem.

Os resultados da capacitação efetuada pela SECNAD nesses 18 anos se refletem nos números a seguir.

¹¹*Explosive Ordnance Disposal (EOD)*. Trata-se de uma capacitação em desativação de artefatos explosivos. Os níveis são segundo o grau de especialização.

Tabela 3: Pessoal empregado em 18 anos de missões de desminagem

Instituição	Quantidade de pessoal
Exército	1.070
Marinha	227
Força Aérea (FACH)	19
Polícia de Investigações (PDI)	5
Total	1.321

Fonte: elaborada pelo autor.

Esse tipo de capacitação profissional de pessoal, realizada com exércitos de países amigos, não apenas coloca em prática acordos de cooperação internacional, mas também é essencial para manter o alto padrão técnico profissional do Exército¹².

2.6. Capacitação no exterior

A Secretaria Executiva da CNAD tomou medidas para obter a cooperação da comunidade internacional, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e da Defesa, com a ajuda de recursos e/ou contribuições materiais em benefício do Plano Nacional de Ação Contra Minas. Uma das primeiras atividades no processo de desminagem foi a capacitação nas IMAS¹³. A Secretaria Executiva da CNAD, junto ao Centro Internacional de Desminagem Humanitária de Genebra (GICHD), organizou e desenvolveu no Centro Conjunto para Operações de Paz do Chile (CECOPAC), em 2003, o Curso de Interpretação, Nacionalização e Aplicação de Estândares Internacionais para Operações de Desminagem Humanitária. Dele participaram alunos do Exército, da Marinha, da Força

Aérea, dos *Carabineros* (Polícia Ostensiva) e da Polícia de Investigações

Cabe destacar a colaboração do Centro Internacional de Desminagem da Espanha (CID), localizado em Hoyos de Manzanares, o qual promoveu a participação do pessoal das FAs do Chile, em 2003, em cursos de aperfeiçoamento naquele país, a saber: Curso de Reconhecimento de Artefatos Explosivos (EOR) e Curso de Desativação de Artefatos Explosivos (EOD). Também propiciou a participação de instrutores espanhóis no Chile para contribuir com a formação de especialistas em desminagem.

Os números totais dessa capacitação recebida estão na seguinte tabela.

Tabela 4: Quantidade de militares capacitados no exterior

País	Exército	Marinha	Total
Argentina	3	1	4
Colômbia	3	-	3
Croácia	7	3	10
Eslováquia	3		3
Espanha	45	17	62
Jordânia	-	1	1
Peru	2	-	2
Porto Rico	-	4	4
Itália	1	-	1
Suíça	5	2	7
Total	69	28	97

Fonte: elaborada pelo autor.

2.7. Capacitação de pessoal de outros países

No âmbito da cooperação e da assistência internacional, o reconhecimento internacional e os níveis de qualificação alcançados permitiram que o Chile prestasse apoio aos

¹² www.ejercito.cl. Notícia, pessoal do Exército do Chile realiza capacitação em Desativação de Explosivos na Espanha, publicada em 27 de novembro de 2019.

¹³ IMAS, *International Mine Action Standards*.

seguintes países em assuntos referentes às ações contra minas¹⁴:

- **Nicarágua:** em 1993, 2 (dois) Capitães do Exército participaram da instrução e do treinamento das Unidades de *Zapadores* do Exército da Nicarágua em desminagem humanitária.
- **América Central, Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central (MARMINCA):** em 2005, 1 (um) Coronel do Exército desempenhou a função de Chefe da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central.
- **América do Sul, Missão de Assistência à Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS):** desde 2005 até 2013, o Chile apoiou à OEA com 2 (dois) capitães do Exército, na função de Monitores de Desminagem na fronteira do Equador e do Peru. O apoio foi feito por meio de 52 monitores no total.

Figura 6: Oficiais chilenos Monitores OEA-JID na fronteira Equador - Peru



Fonte: SECNAD

- **Argentina, capacitação em Sistema de Obtenção de Dados de Campos Minados para pessoal do Exército:** Em 2006, foi desenvolvido, no CEDDEX da Escola de Engenheiros Militares, um Curso de

treinamento do Sistema de Obtenção de Dados de Campos Minados “EOD IS-Survey”, do qual participaram 1 (um) Oficial e 1 (um) Suboficial do Exército Argentino.

- **Bolívia, capacitação em Desminagem a pessoal do Exército:** em 2008, foi realizado um Curso de Desminagem Básica de duas semanas para 15 (quinze) militares bolivianos no CEDDEX da Escola de Engenheiros Militares.
- **Argentina, capacitação em Administração do Sistema IMSMA:** em 2015, a pedido do GICHHD, o Chile forneceu 2 (dois) instrutores para desenvolver o "Curso de Administrador de Nível 1 do IMSMA para a América Latina". Participaram dele militares e civis da Argentina (10), Peru (3), Equador (3), Colômbia (3) e Chile (4).
- **Peru, troca de experiências de acordo com os Programas Nacionais de Desminagem:** em 2018, visita de uma delegação de especialistas em desminagem do Peru às operações de desminagem da UDH “Arica”, da Brigada Motorizada N°4 “Rancagua”, na fronteira com o Peru.
- **Argentina, capacitação em Educação e Prevenção de Risco de Minas e em Operação do Sistema IMSMA:** em 2019, dois instrutores foram enviados ao Centro de Treinamento Humanitário de Desminagem do Exército Argentino (CEDH) para treinamento em Educação e Prevenção de Risco de Minas e em Operação do Sistema IMSMA.

¹⁴ A grande maioria sustentada em acordos de cooperação.

2.8. Treinamento em técnicas de desminagem com cães

A desminagem com cães é uma ferramenta adicional e complementar empregada em operações de desminagem para alcançar os seguintes objetivos:

- redução e delimitação perimetral de áreas de minas perigosas ou suspeitas em processos de Levantamento Técnico;
- desobstrução de áreas perigosas suspeitas, ou perigosas confirmadas;
- controle de qualidade interno de áreas desminadas, utilizando técnicas de desminagem manual, mecânica e/ou canina.

Os cachorros são treinados para farejar partículas odoríferas de substâncias explosivas e outras partes do corpo da mina e/ou *unexploded ordnance* (UXO) [engenhos por explodir]. Ao contrário dos detectores de metal, ferramentas comumente utilizadas na desminagem, um cachorro pode localizar minas terrestres de metal ou de plástico.

Figura 7: Garantia de qualidade com técnica de Desminagem canina em Quebrada Escritos, Arica.



Fonte: SCNAD

A SECNAD realizou um estudo de campo para o treinamento e condicionamento das capacidades olfativas dos cães, na busca específica de minas antipessoais e anticarros, considerando os Padrões Internacionais de Ação Contra Minas (IMAS - sigla em inglês). O estudo contou com o apoio da Brigada de Adestramento Canino, da Polícia de

Investigações do Chile (BRIACAN), no segundo semestre de 2018.

Os trabalhos técnicos de controle de qualidade em operações de desminagem, realizados em dezembro de 2018 e janeiro de 2019, em Arica, no Setor Interior Quebrada Escritos, com meios da BRIACAN. Os trabalhos cumpriram plenamente os objetivos e permitiram que os lotes de mostras selecionados fossem declarados livres de observações.

2.9. A participação da mulher e as políticas de gênero na ação contra as minas no Chile

O Ministério da Defesa Nacional assumiu um compromisso com a equidade de gênero, refletido no documento “Participação das Mulheres nas Forças Armadas”, publicado em 2005, o qual estabelece princípios para a política de integração das mulheres nas FAs, como se segue:

- igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- integração na carreira profissional;
- competência profissional;
- equidade no trato;
- responsabilidade de liderança para com as mulheres subordinadas;
- conciliação da vida familiar e profissional no planejamento institucional.

A política ministerial procura promover a participação das mulheres nas diferentes áreas da Defesa Nacional, bem como aplicar transversalmente a perspectiva de gênero nas suas definições estratégicas e na implementação de políticas, por meio da abertura das instituições castrenses, sem discriminação nem restrições de áreas.

No Exército, graças às diferentes instâncias geradas nos últimos anos, cada vez é maior a presença da mulher, que desempenha quase todas as funções atualmente. Entre esses marcos, destacam-se o ingresso nas

Academias de Guerra e Politécnica Militar, a participação em cursos no exterior e o pleno acesso às diferentes armas e serviços¹⁵.

Na última década, a mulher foi conquistando novos espaços de participação. Essa mudança ficou evidente pela ocupação de postos relevantes e pelo cumprimento de missões que até pouco tempo eram de domínio exclusivo dos homens. Isso foi possível graças a uma política de integração implementada, a qual busca uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres¹⁶.

Complementou essa política o Decreto que promulgou a Lei N° 21.001 (março de 2017), o qual modificou a denominação de “Escalão de Serviço Feminino Militar” pela de “Serviço de Pessoal”, acabando com a atribuição de papéis meramente administrativos às mulheres. A partir de então, as mulheres puderam fazer parte das Armas de Infantaria, Cavalaria Blindada, Artilharia, Engenheiros ou Comunicações. Daqui a alguns anos, também será possível alcançar os postos de Coronel e General de Brigada¹⁷.

Voltando à questão da desminagem, o Exército é o responsável por desenvolver as operações e, nesse sentido, o enfoque de gênero da instituição se alinha com as políticas nacional e ministerial, ao incorporar de forma efetiva a participação das mulheres na desminagem humanitária.

Figura 8: Pessoal feminino da Unidade de Desminagem “Arica”



Fonte: SECNAD

Desde o ano de 2004 até o presente, cerca de 70 mulheres participaram na desminagem humanitária (Oficiais e Quadro Permanente), desempenhando diversos papéis nas operações: Comandantes da Seção de Desminagem Manual e/ou Mecânica de desminagem; Oficiais e Classes Logísticas; médicas; paramédicas; enfermeiras; auxiliares administrativas, assessoras jurídicas, secretárias e manipuladoras de alimentos.

Em 2019, uma (1) Oficial do segmento feminino, Capitão da Arma de Engenharia, desempenhou-se como Comandante da Unidade de Desminagem “Arica”; também naquele ano, outra oficial da mesma arma, uma Subtenente¹⁸, desempenhou-se como Comandante da Seção de Desminagem Mecânica da Unidade de Desminagem “Calama”. Além delas, houve quatro (4) mulheres que desempenharam funções de apoio nas Unidades de Desminagem: médica (1), enfermeiras (2) e paramédica (1).

2.10. A assistência às vítimas

O artigo 6.3 da Citada Convenção estabelece:

Cada Estado Parte que esteja em condições de fazê-lo, prestará assistência para os cuidados e

¹⁵Revista Armas y Servicios (A y S) do Exército, setembro 2020, p.32.. Disponível em: <www.ejercito.cl>, seção publicações.

¹⁶*Ibidem*.

¹⁷*Ibidem*, p.35.

¹⁸ No Exército Chileno, *Subteniente* é como se denomina o Oficial que egressa da escola de formação após o respectivo curso.

a reabilitação de vítimas de minas, sua integração social e econômica, assim como para os programas de sensibilização sobre minas. Essa assistência pode ser outorgada, *inter alia*¹⁹, por meio do Sistema das Nações Unidas, organizações ou instituições internacionais, regionais ou nacionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e as sociedades nacionais da Cruz Vermelha e a Meia Lua Vermelha e sua Federação Internacional, organizações não governamentais, ou com base em acordos bilaterais.

O Estado chileno cumpriu o estabelecido, elaborando um registro das vítimas de minas e de munições abandonadas sem explodir. Até o presente, esse documento registrou 209 vítimas, das quais 103 foram civis e 106 foram militares das Forças Armadas.

A SECNAD envidou esforços para que os atendidos tivessem acesso a cuidados de saúde, para os quais realizou entrevistas e visitas domiciliares, a fim de: criar uma ligação direta e pessoal com as vítimas; recolher as informações necessárias para determinar o grau e tipo de necessidade existente; facilitar sua incorporação ao Sistema de Proteção Social e aos benefícios estatais em vigor; e incluir no convênio de saúde correspondente.

Nessa mesma linha de ação, em 25 de Julho de 2017, foi promulgada a Lei N° 21.021 que prevê a reparação e a assistência em reabilitação e inclusão social a vítimas de acidentes causados por minas ou artefatos explosivos a cargo das Forças Armadas que ficaram abandonados ou sem explodir. A citada Lei foi publicada no Diário Oficial do Governo Chileno a 12 de agosto de 2017. Posteriormente, em 6 de setembro de 2018, foi aprovado o Regulamento de aplicação da Lei N° 21.021, publicado no Diário Oficial a 21 de novembro de 2018.

¹⁹*Inter alia*, do latim, significa ‘entre outras coisas’.

O Plano de Difusão e Prevenção para a População Civil contemplou o desenvolvimento de diversas atividades orientadas ao fomento da adoção de um comportamento mais seguro por parte dos grupos de risco. Nesse caso, eram os habitantes das zonas vizinhas às áreas minadas, assim como os possíveis turistas que visitassem esses lugares do país. Dessa forma, buscou promover a adoção de um comportamento mais seguro ante esse potencial risco.

As campanhas de educação e de prevenção de risco de minas foram realizadas principalmente em estreita coordenação com a Unidade de Transversalidade Educativa do Ministério da Educação, a qual, por meio do Programa de Apoio à Transversalidade e do Comitê de Segurança Escolar, buscou educar e sensibilizar a população a respeito da adoção de um comportamento seguro e permanente face ao risco representado pelas minas antipessoal.

Entre as atividades de educação sobre o risco de minas realizadas pela Secretaria Executiva da CNAD (SECNAD), podem ser mencionadas as seguintes:

- seminários e/ou workshops sobre desminagem humanitária;
- peça de teatro “A Desminagem na Escola”, criada para crianças em idade escolar;
- mostra estática do material empregado pelas Unidades de Desminagem;
- entrega de úteis escolares com legendas alusivas à correta forma de proceder diante do achado de artefatos e outros explosivos;
- participação em feiras e exposições;
- reportagens em meios de comunicação massiva (TV, revistas ou jornais);
- visitas permanentes do pessoal das Unidades de Desminagem Humanitária a colégios mostrando os tipos de artefatos

existentes (minas) e recordando o procedimento a ser adotado;

- entrega de folhetos com informação sobre os tipos de artefatos existentes (Bombas, projéteis, etc.), a forma de demarcá-los e o número de telefone de contato da Unidade Militar mais próxima.

Em resumo, as atividades de educação permitiram compartilhar conhecimento e promover a prevenção a 36.230 alunos em 199 colégios.

3. Reflexões finais

Como cumprimento da desminagem humanitária de acordo com o compromisso assumido na Convenção de Ottawa, o Estado Chileno contribuiu com a função de defesa à cooperação internacional e à construção de uma Zona de Paz na América do Sul, aprofundando laços com diferentes países do continente americano e do resto do mundo.

Com esse enorme e arriscado esforço de cada um dos membros das Unidades de Desminagem das Forças Armadas, na sua maioria do Exército (1.070 militares), o Chile destruiu a totalidade das minas AP em áreas minadas.

Para o Estado chileno, o conhecimento, a instrução, o treinamento e a execução de operações de desminagem no território nacional, bem como a assessoria, a capacitação e o treinamento recebido (97 militares, dos quais 69 pertencem ao Exército) de países que são referências mundiais e a cooperação concedida a países da região constituem uma capacidade estratégica de defesa ao serviço da nação, com reconhecimento e prestígio internacional.

No mesmo teor, o Estado chileno tem a experiência e expertise para projetar sua cooperação a países que dela necessitem em funções de assessoria, capacitação, instrução e treinamento, contribuindo assim para as medidas de confiança mútua entre os países da região e da América Latina.

A SECNAD, subordinada ao Ministério da Defesa, composta por militares da ativa, da reserva e assessores civis, sob o comando de Oficiais do Exército do posto de Coronel, tornou-se a ligação com a instituição e o braço articulador das operações para um exitoso e exemplar processo de desminagem em território chileno.

A contribuição do Exército durante 18 anos se traduz em um ativo e uma capacidade que representa uma oportunidade de continuar a projetar-se no âmbito da cooperação internacional, sob certos parâmetros de desempenho e segurança, a fim de proteger a integridade dos efetivos de desminadores.

A incorporação das mulheres em funções operacionais nas sempre arriscadas atividades de desminagem é uma mostra de inclusão e de igualdade de gênero que se implementou e se fortaleceu durante dezenas de anos no Exército.

As mulheres demonstraram valentia, tenacidade e liderança no cumprimento de suas tarefas e capacidade de sustentar seu trabalho em situações-limite de estresse, cumprindo de forma notável as exigências dessa complexa tarefa, dando prestígio ao nosso país e à instituição que representam.

Referências

CHILE. Ejército de Chile. **Desminado, drones y simulación: triada virtuosa que salva vidas**. Santiago, Revista Armas y Servicios, edición julio – agosto 2020, 47 p. Disponível em: <<https://www.ejercito.cl/descargas/desktop/Mzk3>> Acesso em: 22 mar. 2021.

_____. Ejército de Chile. **El gran avance femenino en la carrera militar**. Santiago, Revista Armas y Servicios, edición septiembre 2020, 56p. Disponível em: <<https://www.ejercito.cl/descargas/desktop/NDQw>> Acesso em: 22 mar. 2021.

_____. Ministerio de Defensa Nacional. **Por un Chile libre de Minas**. 16p. Disponível em: <<https://www.defensa.cl/media/ee-desminado.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2021.

_____. Ministerio de Defensa Nacional. Comisión Nacional de Desminado, Secretaria Ejecutiva Comisión Nacional de Desminado, Memoria 2002- 2020. Disponível em: <<https://www.camara.cl/verDoc.aspx?prmTIPO=DOCUMENTOCOMUNICACIONCUENTA&prmID=82733>> Acesso em: 22 mar. 2021.

_____. Ministerio de Defensa Nacional. Libro de la Defensa Nacional, edición 2017. Disponível em: <https://www.defensa.cl/media/LibroDefensa.pdf> Acesso em: 22 mar. 2021.

ESTADOS UNIDOS. Naciones Unidas (UNMAS). **Manual de Seguridad sobre Minas Terrestres, restos explosivos de guerra y artefactos de explosivos improvisados**. 2015. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/world/manual-de-seguridad-sobre-minas-terrestres-restos-explosivos-de-guerra-y-artefactos>> Acesso em: 22 mar. 2021.